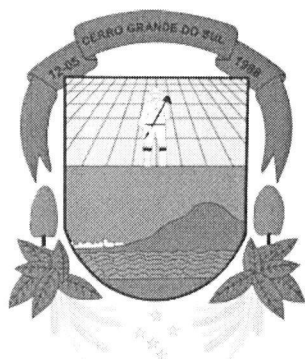


PROCURADOR



Município de Cerro Grande do Sul/RS
Concurso Público 01/2026

PROVA TEÓRICO-OBJETIVA

 3 horas

 50 questões

 4 alternativas

 Saída permitida somente após
1 hora de prova

 O candidato só poderá
levar este Caderno após
2 horas de prova

INSTRUÇÕES



Confira se esse Caderno de Prova contém a quantidade de questões indicadas. A substituição deste Caderno de Prova ocorre apenas antes de iniciar a prova.

- ▮ O tempo de prova inclui o preenchimento do Cartão-Resposta.
- ▮ Nenhuma informação acerca do conteúdo das questões será fornecida pelo Fiscal de Sala, pois é parte integrante da prova.
- ▮ Antes de sair da Sala de Prova, entregue o Cartão-Resposta ao Fiscal de Sala, **devidamente assinado**, e, após, se desloque imediatamente para a saída do local de prova.
- ▮ Ao final da prova, os 03 (três) últimos candidatos deverão permanecer na Sala de Prova até que o último termine a sua prova, devendo ambos testemunhar a devolução e o lacre dos documentos.
- ▮ A divulgação do gabarito preliminar se dará conforme Cronograma de Execução do certame.

TODOS OS DIREITOS RESERVADOS AO INSTITUTO LEGALLE. PROIBIDO REPRODUÇÃO.

RASCUNHO PARA GABARITO

01		06		11		16		21		26		31		36		41		46	
02		07		12		17		22		27		32		37		42		47	
03		08		13		18		23		28		33		38		43		48	
04		09		14		19		24		29		34		39		44		49	
05		10		15		20		25		30		35		40		45		50	

Para responder às questões 01 a 10, leia o texto abaixo.

Mudanças climáticas e impactos sobre o meio urbano

A questão dos impactos das mudanças climáticas sobre o meio urbano e sobre a população residente das cidades em todo o mundo tem sido intensamente estudada há décadas. Mais de 50% da população urbana vive no meio urbano, e projeções indicam que esse percentual continuará crescendo no curto e no médio prazo, e possivelmente comece a cair mais para o fim do século XXI. Adicionalmente, as cidades são importantes no contexto das mudanças climáticas por serem responsáveis por cerca de 75% do consumo mundial de energia e das emissões de gases de efeito estufa.

Muitas cidades estão localizadas em áreas costeiras, as quais são suscetíveis a impactos relacionados com o aumento do nível dos mares e oceanos, como, entre outros, a redução da área urbana e a destruição causadas por enchentes. Esse tipo de impacto é de grande preocupação em um país como o Brasil, no qual parte considerável de sua população reside em cidades costeiras e muitas das capitais estaduais (11 de 27), e diversas das maiores regiões metropolitanas, localizam-se junto ao oceano Atlântico. Estudos estimam que em 2050 os prejuízos relacionados ao aumento do nível do mar nas cidades costeiras ao redor do globo possam atingir algo entre US\$ 60 e US\$ 63 bilhões, mesmo no caso de investimentos em medidas adaptativas.

Com relação à questão de potenciais prejuízos à saúde da população urbana em função das mudanças climáticas, estudos concluem que a temperatura média no Brasil deve aumentar tanto no futuro próximo (2030-2050), entre 1 e 2,5 °C, quanto no futuro mais distante (2079-2099), entre 1,5 e 5,8 °C, com relação ao período presente (1996-2016). Em consequência desse aumento esperado da temperatura média, projeta-se que a mortalidade por doenças cardiovasculares em pessoas idosas associadas a ondas de calor aumente entre 300% e 757% no futuro próximo e 242% e 1.257% no futuro distante.

Com relação aos riscos associados ao uso da água no meio urbano, um estudo global realizado com base em dados de 482 das maiores cidades do mundo avaliou os impactos das mudanças climáticas nesse aspecto. As projeções indicam que a demanda por água nessas metrópoles deve crescer 80% até 2050. Paralelamente a esse aumento de consumo, as alterações climáticas tendem a modificar a distribuição temporal e espacial das chuvas e dos mananciais, ameaçando diretamente a segurança hídrica de grande parte dessas regiões. Estima-se que, até 2050, mais de 27% das cidades analisadas — que somam uma população de mais de 233 milhões de pessoas — enfrentarão uma demanda de água superior à disponibilidade natural de suas fontes locais. Além disso, outros 19% dos municípios, que dependem de obras de

transposição e transferência de água entre bacias, apresentarão um risco elevado de disputa pelo uso dos recursos hídricos entre os setores urbano e agrícola. No caso brasileiro, estudos indicam que, possivelmente, a região mais afetada pelas mudanças climáticas com relação à água, não somente no meio urbano, será o semiárido, a maior parte localizado na região Nordeste.

Em suma, embora a intensidade exata dos impactos climáticos sobre o ambiente urbano ainda carregue margens de incerteza, a tendência de agravamento dessas ameaças para as próximas décadas é indiscutível. Diante desse cenário, a garantia de cidades mais seguras e resilientes exigirá um esforço coordenado em duas frentes indissociáveis: a mitigação, voltada para combater as causas do aquecimento global, e a adaptação, focada em preparar as infraestruturas para os efeitos que já se tornaram inevitáveis.

Adaptado de: CEREZINI, M. T. Mudanças climáticas: desafios para a adaptação nas regiões metropolitanas brasileiras / Monise Terra Cerezini, César Nunes de Castro. — Brasília, DF: Ipea, 2024.

Questão 01. Considerando a articulação argumentativa do texto e as projeções apresentadas sobre os impactos das mudanças climáticas no meio urbano, assinale a alternativa que expressa uma inferência textualmente válida e alinhada à tese defendida pela autora.

- (A) O aumento da mortalidade de idosos por doenças cardiovasculares no Brasil ocorrerá prioritariamente nas 11 capitais estaduais localizadas na costa atlântica.
- (B) O crescimento demográfico no semiárido nordestino é a causa primária do desequilíbrio hídrico e das disputas entre o setor urbano e o agrícola no Brasil.
- (C) A inevitabilidade do agravamento dos impactos climáticos sobre o meio urbano exige uma atuação coordenada que una tanto a contenção das causas quanto a preparação das infraestruturas.
- (D) As incertezas científicas sobre a intensidade exata das mudanças climáticas inviabilizam a adoção de medidas adaptativas imediatas.

Questão 02. Tomando por base as informações e os nexos lógicos articulados pela autora no texto, analise as partes que seguem:

(1ª parte): Segundo o texto, a alta vulnerabilidade costeira no cenário nacional se justifica porque uma parcela considerável da população reside em cidades litorâneas.

(2ª parte): O texto menciona que a queda projetada na população urbana global, estimada para iniciar-se no final do século XXI, provocará a redução imediata e espontânea dos prejuízos econômicos nas cidades costeiras.

Pode-se afirmar que:

- (A) Apenas a 1ª parte está correta.
- (B) Apenas a 2ª parte está correta.
- (C) Ambas as partes estão corretas.
- (D) Ambas as partes estão incorretas.

Questão 03. Sob a ótica da estrutura textual e do tom da autora do texto, a transição entre a apresentação de dados alarmantes (parágrafos 2, 3 e 4) e a conclusão (parágrafo 5) se dá por meio de um posicionamento:

- (A) Fatalista e determinista, amparado na premissa de que a magnitude e a irreversibilidade dos danos ecológicos projetados anulam a eficácia de qualquer governança climática ou iniciativa de intervenção.
- (B) Propositivo e pragmático, que utiliza o diagnóstico de gravidade para justificar a urgência de uma agenda de ação dividida em frentes técnicas complementares.
- (C) Utopista e reducionista, ao sugerir que arranjos simplificados de curto prazo e a mera readequação do consumo energético individual serão plenamente suficientes para neutralizar as emissões globais.
- (D) Neutro e descritivo, pautado pela neutralidade científica que se exime de propor diretrizes de planejamento público e se limita a registrar a divergência de opiniões metodológicas.

Questão 04. Considere o seguinte trecho do terceiro parágrafo: **projeta-se que a mortalidade por doenças cardiovasculares em pessoas idosas associadas a ondas de calor aumente entre 300% e 757% no futuro próximo e 242% e 1.257% no futuro distante.** A análise dos intervalos estatísticos apresentados revela que:

- (A) A análise comparativa dos períodos projeta para o futuro distante um cenário de maior previsibilidade e menor variação percentual do que o futuro próximo.
- (B) O menor aumento possível no futuro distante é menor do que o menor aumento esperado para o futuro próximo, o que indica uma provável estabilização definitiva do clima a longo prazo.
- (C) A margem de flutuação no futuro distante, com uma amplitude de mais de 1000 pontos percentuais, reflete o aumento das incertezas científicas à medida que as projeções se estendem no tempo.
- (D) O percentual de mortalidade projetado para o futuro próximo (300% a 757%) sugere que as ondas de calor serão eventos esporádicos, sem relevância estatística para a rede hospitalar brasileira.

Questão 05. No início do último parágrafo, ao sintetizar as frentes de atuação frente ao aquecimento global, a autora articula as ideias por meio de uma estrutura de contraexpectativa, introduzindo o período com a seguinte oração: **embora a intensidade exata dos impactos climáticos sobre o ambiente urbano ainda carregue margens de incerteza...** Do ponto de vista morfossintático e semântico, o vocábulo sublinhado classifica-se como:

- (A) Conjunção subordinativa concessiva.
- (B) Conjunção coordenativa adversativa.
- (C) Conjunção subordinativa condicional.
- (D) Conjunção coordenativa consecutiva.

Questão 06. Com base nas informações textuais e nos dados estatísticos apresentados no quarto parágrafo, que discorre sobre as projeções para o ano de 2050 acerca da segurança hídrica nas grandes metrópoles mundiais, analise as seguintes assertivas:

- I. Somados os dois cenários de vulnerabilidade descritos, conclui-se que quase metade das metrópoles avaliadas no estudo global enfrentará sérios gargalos hídricos (seja por insuficiência de fontes locais, seja por riscos elevados de conflitos de uso) até o ano de 2050.
- II. Os municípios que dependem de transposição de bacias hídricas apresentam menor exposição a riscos de disputa de recursos do que as cidades dependentes de fontes locais, devido ao compartilhamento planejado entre os setores agrícola e urbano.

Acerca das assertivas, pode-se afirmar que:

- (A) Apenas I está correta.
- (B) Apenas II está correta.
- (C) I e II estão incorretas.
- (D) I e II estão corretas.

Questão 07. No trecho **Paralelamente a esse aumento de consumo, as alterações climáticas tendem a modificar a distribuição temporal e espacial das chuvas e dos mananciais...**, no quarto parágrafo, o conector sublinhado estabelece uma relação de:

- (A) Conclusão, funcionando como um fecho argumentativo que sintetiza as consequências imediatas da transição de bacias hidrográficas sobre o abastecimento local.
- (B) Concomitância, evidenciando a ocorrência conjunta e cumulativa de duas dinâmicas distintas que se somam para agravar o risco de insegurança hídrica.
- (C) Contraposição, sinalizando que o crescimento do consumo urbano funciona como um fator de atenuação dos efeitos nocivos da variação espacial das chuvas.
- (D) Condição, sugerindo que a elevação da demanda hídrica no meio urbano atua como o fator gerador das alterações na dinâmica de precipitação das chuvas.

Questão 08. No último parágrafo, a autora contrapõe os termos **incerteza** e **indiscutível** para delimitar o cenário das projeções climáticas. Do ponto de vista linguístico, assinale a alternativa que apresenta uma característica comum a ambos os vocábulos.

- (A) Ambos apresentam em sua estrutura morfológica um prefixo com valor semântico de negação ou privação.
- (B) Ambos estabelecem entre si uma relação de sinonímia perfeita no texto, uma vez que o teor de dúvida de um confirma a indiscutibilidade do outro.
- (C) Ambos pertencem à classe dos advérbios, funcionando sintaticamente como adjuntos adverbiais de modo.
- (D) Ambos os vocábulos são classificados como proparoxítonos quanto à posição da sílaba tônica.

Questão 09. No texto, ao analisar a vulnerabilidade dos recursos hídricos face às projeções para 2050, a autora faz uma menção específica ao semiárido brasileiro.

No contexto da arquitetura argumentativa do texto, essa alusão cumpre a função de evidenciar que:

- (A) A vulnerabilidade hídrica do semiárido brasileiro decorre diretamente do crescimento demográfico desordenado de suas metrópoles, o qual superou o ritmo de recarga natural dos mananciais antes mesmo do início das alterações climáticas atuais.
- (B) A abrangência dos impactos climáticos sobre a dinâmica da água extrapola os limites urbanos das metrópoles, configurando uma ameaça de escala regional que afeta a segurança hídrica de forma mais ampla.
- (C) Os impactos ambientais no semiárido nordestino serão absorvidos exclusivamente pelas redes de infraestrutura urbana, preservando as atividades agrícolas e de subsistência de pressões ecológicas adicionais.
- (D) O semiárido nordestino é configurado como o único enclave geográfico do país vulnerável ao estresse hídrico, estabelecendo uma profunda assimetria territorial que resguarda as demais regiões brasileiras de quaisquer riscos de desabastecimento.

Questão 10. No período que abre o texto, a autora afirma: **A questão dos impactos das mudanças climáticas sobre o meio urbano e sobre a população residente das cidades em todo o mundo tem sido intensamente estudada há décadas.** Do ponto de vista morfossintático e semântico, o emprego da forma nominal dos participios sublinhados cumpre uma função específica na estruturação do argumento.

Diante disso, assinale a alternativa que define CORRETAMENTE o valor semântico e a função dessa construção no trecho.

- (A) Funciona como um adjetivo restritivo puramente qualificativo, cujo objetivo é neutralizar o agente da ação para conferir impessoalidade jornalística ao texto.
- (B) Constitui uma estrutura de voz reflexiva, indicando que a própria comunidade científica se autoexamina ao longo do tempo por meio das pesquisas citadas.
- (C) Atua como um gerúndio latente, expressando uma ação pontual e imediatamente concluída no passado, o que justifica o uso do conector **há décadas**.
- (D) Integra uma locução verbal de voz passiva analítica que, associada ao tempo composto, projeta uma ação iniciada no passado e que se prolonga continuamente até o presente.

MATEMÁTICA

Questão 11. Em um setor de almoxarifado governamental, o custo fixo de manutenção mensal é de R\$ 15.400,00 e o custo variável de processamento por lote de suprimentos é de R\$ 12,50. Sabe-se que, em um determinado mês de alta demanda, a despesa total registrada pela contabilidade para esse serviço específico foi de exatos R\$ 22.125,00.

Considerando que a relação entre o custo total e o número de lotes processados é descrita por uma função do primeiro grau, determine a quantidade exata de lotes conferidos, assinalando a alternativa com a resposta CORRETA.

- (A) 612.
- (B) 496.
- (C) 538.
- (D) 584.

Questão 12. Uma política pública de incentivo à produtividade define que o lucro social **L** de um projeto, em milhares de reais, varia conforme o número **x** de equipes técnicas alocadas, segundo a lei $L(x) = -2x^2 + 160x - 1200$. Para que o gestor consiga atingir o patamar máximo de eficiência e retorno financeiro para a coletividade, ele deve autorizar a contratação de um número específico de equipes.

Com base nessa função quadrática, qual é o valor do lucro máximo que o projeto pode gerar?

- (A) R\$ 2.000.000,00.
- (B) R\$ 1.600.000,00.
- (C) R\$ 2.400.000,00.
- (D) R\$ 1.800.000,00.

Questão 13. Um censo administrativo identificou que uma repartição possui 80 colaboradores, divididos entre técnicos e assistentes. O custo mensal com os salários dos técnicos é de R\$ 5.000,00 por pessoa, enquanto os assistentes recebem R\$ 3.000,00 cada. Se a folha de pagamento total desses funcionários somou exatamente R\$ 310.000,00 em um mês sem horas extras ou descontos, determine a diferença absoluta entre o número de assistentes e o número de técnicos que trabalham atualmente nesse setor específico, assinalando a alternativa com a resposta CORRETA.

- (A) 5.
- (B) 10.
- (C) 15.
- (D) 20.

Questão 14. Um terreno destinado à construção de uma nova praça pública possui o formato de um trapézio isósceles. As bases dessa figura geométrica medem, respectivamente, 30 metros e 20 metros, enquanto a distância perpendicular entre essas bases é de exatamente 15 metros. O projeto arquitetônico prevê que toda a extensão dessa área seja coberta com grama sintética de alta resistência. Diante disso, qual será a área total, expressa em metros quadrados, que o setor de engenharia deverá considerar para a compra do material?

- (A) 425,5 m².
- (B) 300,0 m².
- (C) 450,0 m².
- (D) 375,0 m².

Questão 15. Uma rotatória circular situada em frente a um prédio público precisa ser cercada por uma mureta de proteção para pedestres. O diâmetro total dessa circunferência é de 18 metros. Para o cálculo do orçamento, o responsável precisa determinar o comprimento total dessa cerca, utilizando o valor aproximado de 3,14 para a constante π . Considerando que NÃO haverá aberturas ou portões, qual é a extensão linear aproximada dessa mureta, em metros, que deve constar na requisição de materiais de construção?

- (A) 62,80 m.
- (B) 56,62 m.
- (C) 28,26 m.
- (D) 113,04 m.

Questão 16. Um reservatório de água em formato cilíndrico, utilizado para o abastecimento de um complexo de serviços públicos, possui um raio interno de 2 metros e uma altura total de 6 metros. Devido a uma manutenção programada, o reservatório deve operar com sua capacidade máxima preenchida. Utilizando a aproximação de 3,14 para a constante π , qual é o volume total de água, em metros cúbicos, que esse cilindro comporta quando está completamente cheio, sem considerar a espessura das paredes?

- (A) 75,36 m³.
- (B) 150,72 m³.
- (C) 37,68 m³.
- (D) 50,24 m³.

Questão 17. Um depósito para armazenamento de arquivos foi construído no formato de um prisma reto de base triangular. A base do triângulo mede 4 metros e sua altura relativa é de 3 metros. O prisma tem uma extensão longitudinal (altura do prisma) de 10 metros. Para fins de climatização e controle de umidade, o setor de logística precisa saber o volume exato do espaço interno desse depósito. Com isso, qual é a capacidade volumétrica desse ambiente, expressa CORRETAMENTE em metros cúbicos de espaço utilizável?

- (A) 120 m³.
- (B) 45 m³.
- (C) 90 m³.
- (D) 60 m³.

Questão 18. O orçamento anual de uma unidade de atendimento foi fixado inicialmente em R\$ 12.500,00. No segundo trimestre, houve um reajuste positivo de 12% para cobrir gastos extras com suprimentos. Entretanto, devido a um programa de economia de recursos no fim do ano, foi aplicado um desconto de 5% sobre o novo valor já reajustado. Após essas duas alterações sucessivas, qual é o montante final disponível para o fechamento das contas da unidade, considerando o valor em moeda corrente nacional?

- (A) R\$ 13.125,00.
- (B) R\$ 13.375,00.
- (C) R\$ 13.300,00.
- (D) R\$ 14.000,00.

Questão 19. Um contrato de prestação de serviços prevê uma multa por atraso no pagamento calculada sob regime de juros simples. O valor principal da fatura é de R\$ 25.000,00 e a taxa de juros estabelecida em contrato é de 1,5% ao mês. Se o setor financeiro efetuar a quitação desse compromisso com exatos 8 meses de atraso, qual será o valor total desembolsado pelo Tesouro Público para liquidar a dívida, somando-se o valor principal e os juros acumulados no período de inadimplência?

- (A) R\$ 27.500,00.
- (B) R\$ 26.200,00.
- (C) R\$ 28.000,00.
- (D) R\$ 28.162,50.

Questão 20. Um fundo de reserva foi aplicado em uma conta que rende juros compostos a uma taxa de 2% ao bimestre. O montante inicial depositado foi de R\$ 20.000,00 e o recurso permaneceu investido por um período de dois bimestres. Considerando que NÃO houve novos depósitos ou retiradas durante esse tempo, qual é o valor total acumulado na conta ao final do prazo estipulado, devendo o resultado ser apresentado com todas as casas decimais geradas pela aplicação da taxa sobre o capital?

- (A) R\$ 20.808,00.
- (B) R\$ 20.800,00.
- (C) R\$ 20.080,00.
- (D) R\$ 20.088,00.

UTILIZE ESTE ESPAÇO PARA CÁLCULOS

UTILIZE ESTE ESPAÇO PARA CÁLCULOS

LEGISLAÇÃO MUNICIPAL

Questão 21. O Prefeito, por lei específica, deve estabelecer as atribuições de seus auxiliares diretos, definindo-lhes competências, deveres e responsabilidades, dentre elas, o previsto em quantos dos seguintes itens, de acordo com a Lei Orgânica? **I.** Apresentar relatório anual ao Prefeito dos serviços realizados por suas repartições; **II.** Subscrever atos e regulamentos referentes aos seus órgãos; **III.** Expedir instruções para a boa execução das leis, decretos e regulamentos.

- (A) Nenhum deles.
- (B) Apenas 1 deles.
- (C) Apenas 2 deles.
- (D) Todos os 3.

Questão 22. As assertivas que seguem tratam de motivações para perda de mandato de Vereador:

- I.** Proceder de modo compatível com a dignidade da Câmara de Vereadores ou faltar com o decore na sua conduta pública.
- II.** Utilizar-se do mandato para a prática de atos de corrupção, de improbidade administrativa ou atentatórios às instituições.

Acerca das assertivas, pode-se afirmar que, conforme a Lei Orgânica:

- (A) Apenas I está correta.
- (B) I e II estão corretas.
- (C) Apenas I está incorreta.
- (D) I e II estão incorretas.

Questão 23. As alternativas que seguem, com base na Lei Orgânica, abordam assuntos que estão relacionados com o Poder Legislativo do município. A partir disso, analise as alternativas que seguem e assinale a que traz informação considerada INCORRETA, de acordo com a Lei Orgânica.

- (A) O processo de cassação do mandato de Vereador será o mesmo que for estabelecido para a cassação de Prefeito e Vice-Prefeito.
- (B) A remuneração dos Vereadores será fixada pela Câmara em cada legislatura para as duas subseqüentes.
- (C) A Câmara poderá cassar o mandato de Vereador que fixar domicílio fora do município de Cerro Grande do Sul.
- (D) O Presidente da Câmara fará jus a uma verba de representação, a ser fixada junto com a remuneração dos Vereadores.

Questão 24. Analise o texto a seguir, conforme a Lei Orgânica:

*Sempre que o Vereador, por deliberação do Plenário, for incumbido de representar a Câmara Municipal fora do território do Município, fará jus à diária fixada por lei (**1ª parte**), bem como terá direito a transporte disciplinado por Resolução, devidamente comprovadas (**2ª parte**).*

Acerca do texto, pode-se afirmar que:

- (A) Assim como a 1ª parte está correta, tem-se que a 2ª parte também está.
- (B) Enquanto a 1ª parte está correta, sabe-se que a 2ª parte está incorreta.
- (C) Assim como a 1ª parte está incorreta, tem-se que a 2ª parte também está.
- (D) Enquanto a 1ª parte está incorreta, sabe-se que a 2ª parte está correta.

Questão 25. Sancionar, promulgar e fazer publicar as leis aprovadas, bem como expedir regulamentos para sua fiel execução, é uma competência _____ ao Prefeito, assim como prover os cargos, funções e empregos públicos e promover a execução dos serviços municipais, na forma da lei, bem como enviar à Câmara o Plano Plurianual, as diretrizes orçamentárias e orçamento anual.

Preenche, CORRETAMENTE, e de acordo com a Lei Orgânica:

- (A) optativa.
- (B) colaborativa.
- (C) alternativa.
- (D) privativa.

Questão 26. O Regime Jurídico dos Servidores Públicos do Município traz que conceder-se-á indenização de transporte àquele servidor que realizar despesas com a utilização de meio próprio de locomoção para a execução de serviços externos, por força das atribuições próprias do cargo, nos termos de lei específica. Somente fará jus à indenização de transporte pelo seu valor integral, o servidor que, no mês, haja efetivamente realizado serviço externo, durante pelo menos _____ dias; se o número de dias de serviço externo for inferior, a indenização será devida na proporção de um _____ avos por dia de realização do serviço.

Preenche, em ambos os casos, CORRETAMENTE, as lacunas:

- (A) vinte.
- (B) quarenta.
- (C) trinta e cinco.
- (D) quinze.

Questão 27. Analise o texto que segue, conforme o Regime Jurídico dos Servidores Públicos do Município:

Os servidores licenciados para desempenho de mandato classista, durante o período da licença, somente poderão exercer funções na entidade a qual representam, estando impedidos de exercer quaisquer outros ofícios ou profissões, sob pena de multa.

Acerca do texto, pode-se afirmar que ele está:

- (A) Plenamente adequado, visto que observa a legislação municipal vigente.
- (B) Parcialmente adequado, visto que os servidores licenciados em questão não são impedidos de exercer quaisquer outros ofícios.
- (C) Plenamente inadequado, visto que em nada observa a legislação municipal vigente.
- (D) Parcialmente adequado, visto que a pena prevista não é multa, mas cassação da referida licença.

Questão 28. Considere que após um período de doze meses de vigência da relação entre o Município e o servidor, este tem direito a férias, na seguinte proporção: vinte e quatro dias corridos, se houver tido de seis a quatorze faltas; mas se houver tido de quinze a vinte e três faltas, qual será a proporção, conforme o Regime Jurídico dos Servidores Públicos do Município?

- (A) Dez dias úteis.
- (B) Dezoito dias corridos.
- (C) Doze dias úteis.
- (D) Quatorze dias corridos.

Questão 29. De acordo com o Regime Jurídico dos Servidores Públicos do Município, a licença prêmio deverá ser requerida pelo servidor no prazo de 180 dias, a contar do primeiro dia após completar o _____, devendo ser completamente gozada antes de implementar novo período aquisitivo ou aposentadoria.

Preenche CORRETAMENTE a lacuna:

- (A) biênio.
- (B) triênio.
- (C) quinquênio.
- (D) decênio.

Questão 30. Pode ser concedida licença ao servidor, por motivo de doença do cônjuge ou companheiro, do pai ou da mãe, de filho ou enteado e de irmão, mediante comprovação médica oficial do Município. A partir disso, analise as assertivas abaixo:

- I. A licença será concedida sem prejuízo da remuneração, até um mês, e, após, com descontos.
- II. A licença somente será deferida se a assistência direta do servidor for indispensável e não puder ser prestada simultaneamente com o exercício do cargo.

Acerca das assertivas, pode-se afirmar que:

- (A) Apenas I está correta.
- (B) I e II estão corretas.
- (C) Apenas I está incorreta.
- (D) I e II estão incorretas.

CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS

Questão 31. Um Município foi citado em uma ação de cobrança. O Procurador verificou que a petição inicial é manifestamente contrária ao enunciado de súmula vinculante do Supremo Tribunal Federal. De acordo com o Código de Processo Civil:

- (A) O juiz poderá julgar liminarmente improcedente o pedido, independentemente da citação do Município.
- (B) A revelia do Município gera a presunção de veracidade dos fatos, mesmo que o pedido contrarie a Constituição Federal.
- (C) O julgamento antecipado do mérito exige a realização prévia de audiência de conciliação ou mediação entre as partes.
- (D) A contestação do Município é o único meio de impedir o julgamento procedente, sendo vedada a atuação de ofício do magistrado nesse caso.

Questão 32. Um Município editou uma lei dispondo sobre a obrigatoriedade de instalação de equipamentos de segurança específicos em agências bancárias situadas em seu território, visando à proteção dos usuários do serviço. De acordo com a Constituição Federal e as normas de Organização do Estado:

- (A) A lei é inválida, pois invade a competência privativa da União para legislar sobre o sistema financeiro e instituições bancárias.
- (B) A lei é válida, uma vez que se trata de matéria de interesse local relacionada à segurança e bem-estar dos munícipes em estabelecimentos comerciais.
- (C) A validade da lei depende de autorização prévia por lei complementar federal, visto tratar-se de competência concorrente entre os entes.
- (D) O Município detém competência apenas para fiscalizar o horário de funcionamento, sendo a instalação de equipamentos matéria de segurança pública estadual.

Questão 33. Um particular ocupa, há décadas, uma área de terra situada em um Município. Recentemente, a Administração constatou que a área é classificada como bem público dominical. O ocupante ajuizou ação visando o reconhecimento da usucapião. De acordo com o Código Civil e a Constituição Federal:

- (A) Os bens dominicais, por não possuírem destinação pública específica, podem ser objeto de usucapião se comprovada a posse mansa e pacífica.
- (B) A posse de bens públicos dominicais gera direito de retenção por benfeitorias necessárias realizadas pelo particular de boa-fé.
- (C) Os bens públicos, independentemente de sua categoria ou destinação, não estão sujeitos a usucapião, sendo a ocupação considerada mera detenção.
- (D) A imprescritibilidade atinge apenas os bens de uso comum do povo e os de uso especial, permanecendo os dominicais sob regime de direito privado.

Questão 34. Um Município pretende instituir uma nova exação para custear o serviço de iluminação pública. Conforme o Sistema Tributário Nacional, previsto na Constituição Federal:

- (A) O Município deve instituir taxa de serviço, pois a iluminação pública é serviço *uti singuli* e divisível.
- (B) É vedada a criação de qualquer tributo para esse fim, devendo o custeio provir da receita geral dos impostos.
- (C) A exação deve ser instituída sob a forma de imposto extraordinário, dada a natureza da utilidade pública fornecida.
- (D) O Município pode instituir contribuição para o custeio do serviço de iluminação pública, inclusive mediante cobrança na fatura de consumo de energia elétrica.

Questão 35. Em um processo de licitação realizado por um Município, sob a égide da Lei nº 14.133/2021, a Administração pretende contratar um serviço técnico especializado de natureza predominantemente intelectual com profissional de notória especialização, sendo a competição inviável. De acordo com a referida lei:

- (A) A hipótese configura caso de inexigibilidade de licitação, devendo o processo ser instruído com a justificativa de preço.
- (B) Trata-se de dispensa de licitação, uma vez que o gestor possui discricionariedade para escolher o profissional de sua confiança.
- (C) A contratação é nula, pois serviços intelectuais devem obrigatoriamente ser licitados na modalidade de leilão.
- (D) A notória especialização permite a dispensa de licitação apenas se o valor do contrato for inferior ao limite estabelecido para compras diretas.

Questão 36. O Prefeito de um Município realizou a nomeação de seu irmão para o cargo de Secretário Municipal de Saúde, este sendo um cargo político. Ao mesmo tempo, nomeou sua cunhada para o cargo de chefia de seção administrativa, este sendo um cargo em comissão de natureza técnica. De acordo com os princípios da Administração Pública na Constituição Federal:

- (A) Ambas as nomeações são válidas por se tratarem de cargos de livre nomeação e exoneração do chefe do Executivo.
- (B) A nomeação para o cargo político de Secretário é, em regra, válida, enquanto a nomeação para o cargo em comissão técnico configura nepotismo.
- (C) Ambas as nomeações configuram nepotismo e violação ao princípio da impessoalidade, independentemente da natureza do cargo.
- (D) A validade das nomeações depende exclusivamente da existência de previsão na Lei Orgânica Municipal sobre a contratação de parentes.

Questão 37. Um Município foi condenado em primeira instância ao pagamento de indenização por danos materiais em razão de um acidente causado por um veículo oficial. Não houve interposição de recurso voluntário pelas partes. De acordo com o Código de Processo Civil:

- (A) A sentença transita em julgado imediatamente após o decurso do prazo recursal, ante a ausência de manifestação das partes.
- (B) O juiz deve declarar a nulidade do processo por falta de citação da Procuradoria-Geral do Estado, ente responsável pela tutela dos municípios.
- (C) A sentença está sujeita ao duplo grau de jurisdição, não produzindo efeito senão depois de confirmada pelo tribunal, ressalvadas as hipóteses de teto de valor.
- (D) O tribunal deve extinguir o processo sem resolução de mérito, pois a responsabilidade civil do Estado não admite condenação sem dolo comprovado.

Questão 38. Um cidadão ajuizou uma ação contra um Município pretendendo a anulação de um contrato administrativo de concessão de serviço público, alegando desvio de finalidade. Durante a instrução, o Município alega que o ato é discricionário e imune ao controle judicial. De acordo com o Direito Administrativo:

- (A) O Poder Judiciário pode anular atos administrativos por vício de legalidade, inclusive os discricionários, mas não pode revogá-los por critério de conveniência e oportunidade.
- (B) A discricionariedade impede qualquer tipo de controle jurisdicional, restando ao cidadão apenas o recurso na via administrativa.
- (C) O controle judicial de atos discricionários limita-se à análise do mérito administrativo, podendo o juiz substituir a vontade do administrador.
- (D) Contratos de concessão, por serem atos bilaterais de natureza privada, não se submetem ao controle judicial de desvio de finalidade.

Questão 39. Um Município ajuizou uma execução fiscal contra uma empresa para cobrança de ISSQN (Imposto Sobre Serviços de Qualquer Natureza). A empresa executada apresentou exceção de pré-executividade alegando a ocorrência de prescrição tributária. De acordo com o Código Tributário Nacional e a Lei de Execução Fiscal:

- (A) A prescrição é matéria de ordem pública e pode ser arguida por meio de exceção de pré-executividade, desde que não demande dilação probatória.
- (B) O reconhecimento da prescrição na execução fiscal exige obrigatoriamente a oposição de embargos à execução com garantia do juízo.
- (C) A dívida ativa municipal goza de presunção absoluta de legitimidade, impedindo o reconhecimento de prescrição antes do leilão de bens.
- (D) A exceção de pré-executividade é instrumento exclusivo para discussão de nulidades formais do título, excluindo-se matérias de mérito como a prescrição.

Questão 40. No âmbito de uma ação de cobrança movida contra um Município, a petição inicial foi apresentada sem a indicação do valor da causa. De acordo com o Código de Processo Civil:

- (A) O juiz deve assinar prazo para que o autor emende a petição inicial; caso não seja cumprido, a petição será indeferida.
- (B) O valor da causa em ações contra a Fazenda Pública é facultativo, devendo ser fixado apenas na fase de liquidação de sentença.
- (C) A ausência do valor da causa gera a improcedência liminar do pedido, por se tratar de requisito de ordem pública insanável.
- (D) O Município deve apresentar contestação imediatamente, suprimindo a falha do autor em nome do princípio da primazia do julgamento de mérito.

Questão 41. Um Município pretende criar uma nova Secretaria Municipal para gerir políticas de saneamento básico. Para tanto, o Prefeito editou um decreto criando a estrutura e os respectivos cargos públicos. De acordo com a Constituição Federal:

- (A) O decreto é o instrumento adequado para criação de órgãos e cargos, em razão do poder hierárquico e regulamentar do Prefeito.
- (B) A criação de órgãos públicos e a criação de cargos, funções ou empregos públicos dependem de lei de iniciativa do chefe do Poder Executivo.
- (C) Compete à Câmara Municipal, por meio de resolução, criar as Secretarias Municipais, cabendo ao Prefeito apenas a nomeação dos titulares.
- (D) A criação de órgãos na administração direta prescinde de lei, sendo exigida apenas para a instituição de entidades da administração indireta.

Questão 42. Um Município realizou a desapropriação de um imóvel urbano para a construção de uma escola. Após a transferência do bem, a Administração desistiu do projeto e decidiu alienar o imóvel diretamente a uma empresa privada, sem utilizá-lo para qualquer fim público. De acordo com o Direito Administrativo e Civil:

- (A) O ex-proprietário tem o direito de retrocessão, pois o bem não recebeu a destinação pública que motivou a desapropriação (tredestinação ilícita).
- (B) A alienação é válida, pois o bem, uma vez incorporado ao patrimônio público, torna-se dominical e pode ser vendido livremente.
- (C) A desistência da destinação pública gera apenas direito a perdas e danos, não sendo possível a retomada do imóvel pelo particular.
- (D) A alienação direta é permitida em casos de desapropriação, dispensando-se o procedimento licitatório por se tratar de bem remanescente.

Questão 43. Uma empresa de transporte coletivo que opera em um Município alega o desequilíbrio econômico-financeiro do contrato em razão de aumento imprevisível nos custos dos insumos. De acordo com a Lei nº 8.987/1995 e o Direito Administrativo:

- (A) O equilíbrio econômico-financeiro do contrato deve ser mantido, assegurando-se a revisão da tarifa se houver alteração dos encargos decorrente de fatos imprevisíveis.
- (B) A concessionária assume integralmente o risco do negócio, não sendo admitida a revisão de tarifas por eventos imprevisíveis.
- (C) O reajuste tarifário depende exclusivamente de previsão na Lei Orçamentária Anual do Município, independentemente do contrato.
- (D) A caducidade da concessão é a medida imediata a ser tomada quando a empresa alega impossibilidade de manter o serviço pelo preço pactuado.

Questão 44. Suponha que um Município tenha sido processado por danos ambientais decorrentes do despejo de esgoto *in natura* em um rio local. A defesa municipal alega que a responsabilidade é exclusiva da empresa concessionária do serviço de saneamento. De acordo com a Política Nacional do Meio Ambiente e a Constituição Federal:

- (A) A responsabilidade civil ambiental é subjetiva, exigindo a prova de dolo ou culpa grave do ente municipal na fiscalização.
- (B) O Município responde de forma subsidiária, devendo o autor primeiro exaurir as tentativas de cobrança contra a concessionária.
- (C) A responsabilidade por danos ambientais é objetiva e solidária, podendo o Município figurar no polo passivo junto com o poluidor direto.
- (D) O ente público é imune a ações civis ambientais por danos decorrentes de serviços públicos essenciais delegados.

Questão 45. Um Município possui débitos judiciais transitados em julgado. O Procurador Municipal deve orientar a Administração sobre a ordem de pagamento e o regime de precatórios. De acordo com a Constituição Federal e o Direito Financeiro:

- (A) Os débitos de natureza alimentar gozam de preferência sobre os demais, observada a cronologia de apresentação e as regras de idade/saúde.
- (B) O Prefeito pode escolher quais precatórios pagar primeiro com base no interesse público e na disponibilidade financeira imediata.
- (C) O regime de precatórios aplica-se apenas às empresas públicas e sociedades de economia mista, não se aplicando à administração direta.
- (D) A Requisição de Pequeno Valor (RPV) exige a expedição de precatório, embora com trâmite acelerado perante o tribunal de justiça.

Questão 46. Um servidor público do Município de Medo cometeu uma infração administrativa e foi punido com suspensão após processo administrativo disciplinar. O servidor alega que a autoridade que aplicou a pena era sua superior imediata, o que violaria a imparcialidade. De acordo com a Lei nº 9.784/1999 (aplicada subsidiariamente) e os poderes administrativos:

- (A) O poder disciplinar é exercido obrigatoriamente por comissão externa ao órgão, para garantir a isenção absoluta da decisão.
- (B) A punição administrativa impede a responsabilização civil ou penal pelo mesmo fato, em virtude do princípio do *ne bis in idem*.
- (C) O poder hierárquico fundamenta a competência da autoridade superior para aplicar sanções aos seus subordinados, após o devido processo.
- (D) O servidor tem direito de ser julgado apenas pelo Prefeito, sendo nula qualquer delegação de competência em matéria punitiva.

Questão 47. Um Município celebrou um contrato de empreitada para reforma de uma praça. Durante a execução, houve a necessidade de alteração unilateral do contrato pela Administração para acréscimo quantitativo do objeto. De acordo com a Lei nº 14.133/2021:

- (A) O contratado é obrigado a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem nas obras, até os limites legais.
- (B) Alterações quantitativas exigem a rescisão do contrato atual e a abertura de nova licitação para o excedente, visando a isonomia.
- (C) O Município não pode alterar unilateralmente o objeto, devendo sempre buscar o acordo bilateral mediante termo aditivo de comum acordo.
- (D) A alteração unilateral é permitida apenas para reduzir o valor do contrato, sendo vedada para aumentar encargos do particular.

Questão 48. Um Município instituiu por lei o Plano Diretor, estabelecendo exigências de aproveitamento mínimo do solo urbano sob pena de sanções sucessivas. De acordo com o Estatuto da Cidade e a Constituição Federal:

- (A) Tais medidas são inconstitucionais, pois violam o direito de propriedade e o princípio da liberdade econômica do proprietário.
- (B) O Município pode aplicar o IPTU (Imposto Predial e Territorial Urbano) progressivo no tempo, mas a desapropriação-sanção é competência exclusiva da União.
- (C) O cumprimento da função social da propriedade urbana é aferido exclusivamente pelo pagamento em dia dos tributos municipais.
- (D) O proprietário do solo urbano pode ser compelido a promover o adequado aproveitamento, sob pena, sucessivamente, de parcelamento/edificação compulsórios, IPTU progressivo e desapropriação com pagamento em títulos.

Questão 49. Um Município editou decreto regulamentando a concessão de licenças para funcionamento de estabelecimentos comerciais. Uma empresa sente-se prejudicada por uma exigência que considera ilegal e impetra Mandado de Segurança. De acordo com a Lei nº 12.016/2009 e o Direito Administrativo:

- (A) O Mandado de Segurança é via adequada para dilação probatória complexa, visando demonstrar o prejuízo financeiro da empresa.
- (B) A autoridade coatora no caso de decreto municipal é sempre o Procurador-Geral do Município, por ser o detentor da representação judicial.
- (C) O Mandado de Segurança não pode ser impetrado contra lei em tese, salvo se esta produzir efeitos concretos e imediatos sobre o impetrante.
- (D) A concessão de liminar em Mandado de Segurança contra o Município prescinde da oitiva prévia da pessoa jurídica de direito público.

Questão 50. Um Município pretende instituir uma servidão administrativa sobre um imóvel particular para a passagem de rede elétrica. De acordo com o Direito Administrativo e Civil:

- (A) A servidão administrativa exige a perda da propriedade pelo particular, mediante prévia e justa indenização em dinheiro.
- (B) A servidão é forma de intervenção supressiva, assemelhando-se à desapropriação no tocante à transferência do domínio.
- (C) O instituto da ocupação temporária é o meio adequado para a instalação permanente de redes elétricas, por ser menos gravoso.
- (D) Trata-se de direito real de gozo que impõe ao proprietário o dever de suportar um ônus em favor de um serviço público ou bem afetado, sem perda do domínio.